O FUTURO DA DEFESA BRASILEIRA NO EIXO PARIS-BRASÍLIA

*Por Albert Caballé Marimón**



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A cooperação franco-brasileira em defesa é um eixo estratégico para a modernização das Forças Armadas, e a aliança se converterá em soberania quando o Brasil transformar a fabricação sob licença em domínio próprio de tecnologia, engenharia e P&D.

Assinado em 23 de dezembro de 2008 pelos então presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, o Acordo de Cooperação em Defesa entre Brasil e França estabeleceu as bases políticas de uma parceria estratégica de longo prazo. Quase duas décadas depois, porém, a dinâmica desse eixo vai além da diplomacia de Estado: hoje, são as grandes corporações, como Naval Group, Safran e MBDA, que dão concretude e ritmo à relação bilateral, operando diretamente em conjunto com a base industrial brasileira.

Para extrair o máximo potencial dessa aliança, convém analisá-la sob uma ótica pragmática, indo além dos discursos tradicionais sobre transferência de tecnologia. Trata-se de uma cooperação vital para a modernização das Forças Armadas brasileiras, mas que envolve

natural assimetria tecnológica, exigindo uma gestão estratégica rigorosa para que os ganhos de capacidade se convertam em autonomia duradoura.

Esse protagonismo corporativo ganha contornos mais nítidos no domínio submarino, onde a presença da Naval Group desde 2009, materializada na *joint venture* Itaguaí Construções Navais (ICN) e no programa PROSUB, representa um marco na capacidade industrial nacional. A construção dos submarinos da classe Scorpène dota a Marinha do Brasil de uma relevante capacidade de dissuasão. Convém observar, contudo, a autonomia logística e operacional de longo prazo, que ainda se apoia na cadeia de suprimentos e na propriedade intelectual francesa, cabendo ao Brasil a absorção contínua das competências necessárias para a sustentação desse ecossistema complexo.

Na mesma linha de atuação industrial, no setor aeroespacial e de mísseis, a Safran mantém mais de quatro décadas de presença no Brasil, desde 1977 com a Turbomeca, seu primeiro site fora da França. O recente acordo entre a Safran Electronics & Defense e a SIATT (do grupo EDGE, integradora do programa SisGAAz) para desenvolver e produzir motores de foguete de propelente sólido em solo nacional é um avanço tangível. A cooperação abrange tecnologias críticas, como sistemas de medição inercial, receptores GNSS e buscadores optrônicos. Vale destacar que a internalização da produção representa uma etapa fundamental, mas não equivale por si só ao domínio do ciclo completo de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A superação desse desafio exige que o Brasil avance gradualmente da fabricação sob licença para a concepção autônoma de arquiteturas críticas.

Já no vetor de superfície, o fornecimento do sistema CAMM-ER pela MBDA para as futuras fragatas da classe Tamandaré garante interoperabilidade com padrões da OTAN, mas indica que a defesa antiaérea de médio alcance do Brasil ainda demanda soluções externas no curto prazo.

Paralelamente, o amadurecimento do míssil antinavio MANSUP, que deve substituir o Exocet na esquadra brasileira, demonstra a capacidade da base industrial brasileira de absorver e adaptar tecnologias. O próximo passo consiste em consolidar esse avanço, ampliando gradualmente a nacionalização de componentes para assegurar a continuidade produtiva frente a eventuais restrições comerciais externas.

O horizonte operacional, ilustrado pelo conceito SCX-26 apresentado pela Naval Group na feira de defesa Euronaval 2026, com um navio-conceito porta-drones, aponta para uma guerra naval centrada em sistemas não tripulados, guerra eletrônica avançada e armas de energia dirigida. Para que o Brasil atue como protagonista na adoção dessas próximas gerações de plataformas, a cooperação internacional deve ser direcionada ao fortalecimento da capacitação nacional, promovendo o domínio tecnológico de forma sustentável.



O infográfico reúne os três domínios da aliança franco-brasileira (submarino, superfície e aeroespacial/mísseis), e mede cada programa pela régua que separa capacidade instalada de soberania: da fabricação sob licença ao domínio do ciclo completo de P&D.

A cooperação franco-brasileira na indústria de defesa é um ativo estratégico importante e de inegável relevância, cabendo destacar que as cláusulas de *offset* atuam como facilitadoras desse processo, mas não esgotam o caminho para a soberania. A plena independência tecnológica é construída por meio de políticas e investimentos contínuos e estruturados em ciência, tecnologia e engenharia nacionais.

Quando bem calibrada, essa aliança transcende os tratados governamentais e os contratos comerciais, afirmando-se como um verdadeiro vetor de transformação para o Brasil. Ao unir a excelência tecnológica da indústria francesa à capacidade de absorção e inovação do setor brasileiro, a parceria cria as condições ideais para que o país supere gargalos históricos. Assim, o eixo Paris-Brasília não apenas moderniza os meios de defesa, mas pavimenta o caminho para que o Brasil alcance a almejada autonomia estratégica, consolidando-se como um ator soberano e decisivo na arquitetura de segurança do Atlântico Sul.

Nesse horizonte de autonomia estratégica, resta uma questão central para os próximos capítulos da relação Brasil-França: conseguirá a Naval Group, seguindo os passos da Safran, evoluir dos grandes contratos de Estado para uma verdadeira co-concepção tecnológica com o Brasil?

Albert Caballé Marimón *possui formação superior em marketing, depois de atuar trinta e sete anos em empresas nacionais e multinacionais, dedica-se à atividade de pesquisador nas áreas de História Militar, Defesa e Geopolítica. É fotógrafo e editor do site Velho General. Já atuou na cobertura de eventos como a Feira LAAD, o Exercício CRUZEX, a Operação Acolhida, o Exercício Treme Cerrado e proferiu palestras na Academia da Força Aérea (AFA). Foi colaborador do US Naval Institute (USNI) e atualmente é coordenador da Escola do Canal Arte da Guerra.*